

Boletim Informativo nº 7/2026

7ª Sessão Ordinária – 05.10.2026



**CONSELHO
INSTITUCIONAL
DO MPF**

Deliberações em Destaque

Conflitos de Atribuições

1.29.000.006646/2026-74

Íntegra do voto

CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES. PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO (PRDC/RS) E 17º OFÍCIO DO NÚCLEO DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO/RS (1ª CCR). PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE (PPCAAM/RS). FALHAS OPERACIONAIS NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. FISCALIZAÇÃO DA REGULAR APLICAÇÃO DE VERBAS FEDERAIS REPASSADAS. MATÉRIA DE NATUREZA ADMINISTRATIVA (1ª CCR). NÃO CABÍVEL ATUAÇÃO DA PRDC/RS.

1.13.000.001307/2026-61

Íntegra do Voto

CONFLITO POSITIVO DE ATRIBUIÇÕES. NOTÍCIA DE FATO. DESVIO DE VERBAS PÚBLICAS. BENEFICIÁRIOS PARTICULARES. CONDIÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO COMO ELEMENTAR DO TIPO PENAL. COMUNICAÇÃO AOS PARTICULARES. CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PECULATO-DESVIO. (...) 5. Voto pela atribuição do 12º Ofício da Procuradoria da República no Amazonas (5ª CCR) para atuar no presente feito.

1.29.000.004830/2022-56

Íntegra do voto

CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE OFÍCIOS VINCULADOS À 3ª CCR E À 4ª CCR. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE USO E SEGURANÇA EM TRECHO GEOGRÁFICO PONTUAL E ESPECÍFICO DE LINHA FÉRREA (PONTE SOBRE O CANAL SÃO SIMÃO EM RIO GRANDE/RS). MATÉRIA AMBIENTAL E DE SEGURANÇA OPERACIONAL LOCAL (VINCULAÇÃO À 4ª CCR).

Deliberações em Destaque

Conflitos de Atribuições

1.22.000.003098/2023-39

Íntegra do voto

CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÃO. INQUÉRITO CIVIL. POSSÍVEL VIOLAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PELO CHATGPT DA OPEN/AI. DIREITO FUNDAMENTAL. PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS. ART. 5º, INCISO LXXIX, da CF/88. (...) 4. Voto pela atribuição do 2º Ofício Adjunto da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão da PR/MG.

1.13.000.002466/2026-83

Íntegra do voto

CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES. OFÍCIOS VINCULADOS À 2ª E À 5ª CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO. NOTÍCIA DE FATO. APREENSÃO DE DRAGA DE GARIMPO DE GRANDE PORTE ("CARNAUBINHA") NO LAGO DO CACAU/IRANDUBA-AM. DESMONTE, DESCARACTERIZAÇÃO E ALIENAÇÃO CLANDESTINA DE BEM EM ESTALEIRO PARTICULAR ("SÍTIO SÍRIO"). AMEAÇAS AO DENUNCIANTE E PEDIDO DE INCLUSÃO NO PROVITA. DESMEMBRAMENTO ANTERIOR DA MATÉRIA AMBIENTAL PELO 18º OFÍCIO AMOC. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE PARTICIPAÇÃO OU FACILITAÇÃO POR AGENTES PÚBLICOS FEDERAIS. INVIABILIDADE DE TIPIFICAÇÃO PRIMÁRIA DE PECULATO. PREDOMINÂNCIA DE CRIMES COMUNS CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A PESSOA (APROPRIAÇÃO INDÉBITA, FURTO, FRAUDE E AMEAÇA). MATÉRIA AFETA À 2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO (CRIMINAL RESIDUAL). CONHECIMENTO DO CONFLITO E RECONHECIMENTO DA ATRIBUIÇÃO DO SUSCITANTE.

1.28.000.001163/2025-30

Íntegra do voto

CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. FRAUDE A LICITAÇÕES, DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS E LAVAGEM DE DINHEIRO. CRIMES PLURILOCAIS. MACROCRIMINALIDADE ORGANIZADA. CONTRATOS REITERADOS COM MÚLTIPLOS MUNICÍPIOS EM ESTADOS DISTINTOS. INTERSECÇÃO ENTRE CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO, DISPERSÃO ESPACIAL E EFICIÊNCIA REPRESSIVA. DISPERSÃO ESPACIAL COMO TÁTICA DE OCULTAÇÃO DELITUOSA. ATOMIZAÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL RECHAÇADA. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL. CONSOLIDAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO PELOS INSTITUTOS DA PREVENÇÃO E DA CONEXÃO TELEOLÓGICA (ARTS. 71 E 76 DO CPP). ANTERIORIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA (RIF/COAF). FIXAÇÃO NO JUÍZO PREVENTO SUSCITANTE. POSSIBILIDADE DE COOPERAÇÃO INTERNA E ATRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONEXOS. ATUAÇÃO DE GRUPOS ESPECIALIZADOS (GAECOS). CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A ATRIBUIÇÃO DO SUSCITANTE - 2º OFÍCIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE.

Deliberações em Destaque

Conflitos de Atribuições

1003787-82.2024.4.01.3502

Íntegra do voto

PENAL E PROCESSO PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÃO. 2ª CCR X 7ª CCR. INQUÉRITO POLICIAL. OPERAÇÃO FAKE LOCATION. ESQUEMA FRAUDULENTO DE OBTENÇÃO DE REGISTRO E PORTE DE ARMA DE FOGO PERANTE A DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM ANÁPOLIS/GO. FALSIDADE DOCUMENTAL E IDEOLÓGICA PRATICADA POR ADVOGADOS (PARTICULARES). PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR ADMINISTRATIVO E DE DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA E CRIMES FUNCIONAIS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONCURSO DE AGENTES E CONEXÃO PROBATÓRIA. PREVALÊNCIA DA ATRIBUIÇÃO PARA O CRIME FUNCIONAL LIGADO AO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL.

Declínio de de Atribuições

1.31.000.001124/2023-85

Íntegra do Voto

DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. INQUÉRITO CIVIL. IMÓVEIS PÚBLICOS. DESVIO DE DESTINAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÃO INSTAURADO. Em razão da ausência de conflito negativo de atribuição instaurado entre o requerente e o representante da 5ªCCR no âmbito da PR/RO para apurar, em inquérito civil, suposto desvio de finalidade na destinação de imóveis públicos localizados em Rondônia e pertencentes à FUNASA, falece competência ao CIMPf para homologação do declínio de atribuição. Voto pelo não conhecimento do pedido e devolução do feito ao requerente para providências.

Deliberações em Destaque

Recursos de Arquivamento

0600059-54.2024.6.26.0166

Íntegra do voto

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. INQUÉRITO POLICIAL. PREFEITO QUE SE REFERIU A VEREADORA UTILIZANDO O TERMO (...). SUPOSTA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 326-B DO CE. RECURSO. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DA PRÁTICA CRIMINOSA. ARQUIVAMENTO PREMATURO. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

1.25.000.000121/2026-74

Íntegra do voto

RECURSO ADMINISTRATIVO (ART. 12 DA RESOLUÇÃO CSMPF Nº 165/2016). NOTÍCIA DE FATO. PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL (PFPB). FRAUDE SISTÊMICA E OPERACIONAL. USO INDEVIDO DE CPF DE TERCEIRO PARA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS. REJEIÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO PELA 5ª CCR. RECURSO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA. APLICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO Nº 3 DA 5ª CCR (REDAÇÃO DE FEVEREIRO DE 2026). INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PATRIMONIAL DIANTE DE EXCEÇÃO EXPRESSA NO ENUNCIADO. REITERAÇÃO COMPROVADA DA CONDUTA ILÍCITA (105 DE 110 TRANSAÇÕES IRREGULARES). MODUS OPERANDI E CONSEQUÊNCIAS DO ATO QUE REVELAM GRAVE OFENSA À MORALIDADE E À LEGALIDADE ADMINISTRATIVAS. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE RESSARCIMENTO POR GLOSA E DESCREDECIMENTO. INDÍCIOS DA PRÁTICA DE INFRAÇÕES PENAIAS. NECESSIDADE DE PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Deliberações em Destaque

Recursos em Acordos de Não Persecução Penal

5015292-38.2018.4.02.5101

Íntegra do voto

RECURSO CONTRA HOMOLOGAÇÃO DE NÃO OFERECIMENTO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL PELA 5ª CCR/MPF. CABIMENTO EM MOMENTO ANTERIOR AO TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO PENAL. PENA MÍNIMA PERMITE O OFERECIMENTO DO ACORDO. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. DESVIO DE VERBA PÚBLICA DESTINADA À TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. GRAVIDADE DA PARTICIPAÇÃO DOS RECORRENTES NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS. FATO ISOLADO. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

[Clique aqui e acesse todas as deliberações](#)

Enunciados

ENUNCIADO Nº 020 – Acesse em PDF

Nas hipóteses de conflito de atribuição entre ofícios vinculados a 2ª e 4ª Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF, tendo em vista a prática de crimes ambientais e patrimoniais, na hipótese de concurso formal, ainda que seja constatada a prescrição do crime ambiental, permanece a atribuição do ofício vinculado à 4ª CCR.

Aprovado na 7ª Sessão Ordinária, em 13/09/2023.

[Clique aqui e acesse todos os enunciados](#)

Próxima Sessão

14 de outubro de 2026

Clique e Acesse o Calendário das Sessões

Contatos

pgr-cimpf@mpf.mp.br

(61) 3105-5650

<https://www.mpf.mp.br/o-mpf/orgaos-superiores/conselho-institucional>



MPF